



**ATA Nº 5/2020**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR**

----- Aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte, no Auditório da Casa da Cultura/Cinetatro de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Carlos Jorge Coelho Neto nos termos do n.º 2 do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Tiago Filipe Francisco Santos e Susana Carla Alves Franco (ambos em substituição), respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pelo Presidente, Luís Filipe Santana Dias. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

**----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----**

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas do Presidente da Assembleia Municipal António Manuel Silva Arribança e dos Deputados Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis, Inês Guerra Vargas, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva Moreira, Mário João das Neves Flores e dos Presidentes da Junta de Freguesia de Alcobertas e da Junta de Freguesia de Fráguas, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas nove horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (28 presenças), o Presidente da Assembleia em exercício deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

**----- PONTO PRÉVIO -----**

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal, deu conhecimento de que foram apresentados na Mesa três votos de pesar propostos por todos os grupos municipais (anexo 2, 3 e 4), que foram lidos pelo Primeiro Secretário da Mesa e que serão discutidos no período de antes da ordem do dia e votados logo após o período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal. -----

**----- CORRESPONDÊNCIA -----**



----- Não foi apresentada correspondência recebida/expedida com relevância no período entre a sessão ordinária de setembro e a sessão ordinária de dezembro. -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 3/2020 referente à sessão ordinária de 26 de setembro e n.º 4/2020, referente à sessão extraordinária de 13 de outubro. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 3/2020 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 22 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão o Deputado Municipal Afonso dos Santos Vargas Soveral, Ruy Alfredo de Espírito Santo Leitão, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Liliana Marques Alonso, Secretário da Junta de Freguesia de Alcobertas e a Secretária da Junta de Freguesia de Fráguas (28 presenças). -----

----- Aprovada a ata n.º 4/2020 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 18 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão o Deputado Municipal Carlos José Lopes Abreu, Afonso dos Santos Vargas Soveral, Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, Tiago Filipe Francisco Santos, Luís Fernando Henriques dos Santos, Anabela da Costa Azenha, Ruy Alfredo de Espírito Santo Leitão, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Secretário da Junta de Freguesia de Alcobertas e a Secretária da Junta de Freguesia de Fráguas (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício leu um texto enviado pelo Presidente da Assembleia Municipal que se transcreve na íntegra: --

----- “Caros Amigos -----

----- Por imperiosos motivos de natureza pessoal, não me é possível estar convosco nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

----- 2020 será um ano que não deixará particulares saudades. Ao Covid-19, e consequentes limitações que à vida de todos trouxe, associou-se a partida de algumas pessoas, umas de todos conhecidas, outras que me eram mais próximos. Aos últimos farei o meu próprio luto. Aos demais, não posso deixar de recordar o Vasco Tavares cuja vida foi, inesperada e cobardemente, ceifada numa fase em que ainda tanto tinha para viver e connosco partilhar. Lembro também o falecimento do Sr. Manuel Sequeira



Nobre, homem cuja dedicação à causa pública, associada à sua veia empresarial, marcou Rio Maior e perante quem temos uma enorme dívida de gratidão. -----

----- Embora ausente, gostaria que a Assembleia Municipal os lembrasse, respeitando um minuto de silêncio em memória de ambos, esperando que, por unanimidade, possa ser aprovado um Voto de Pesar a ser transmitido às respetivas famílias e à comunidade Riomaioense. -----

----- Espera-nos um ano de 2021 especialmente difícil. Assistiremos a uma crise económica e social sem precedentes. E espera-nos uma crise financeira, eventualmente adiada para 2022, igualmente sem paralelo. E, disso estou também convicto, aguarda-nos, mais para o final do ano, uma grave crise política por ausência de maiorias consistentes que possam suportar uma solução governativa estável. -----

----- Neste cenário, pouco animador, a todos caberá a responsabilidade por, em conjunto, encontramos soluções que nos permitem ultrapassar as grandes dificuldades que se aproximam ou, inevitavelmente, deixaremos um insuportável legado às gerações vindouras. -----

----- Resta a esperança que a vacina contra a Covid possa fazer com que o ano de 2021 seja, em termos de saúde pública e do nosso relacionamento familiar e social, um ano tendencialmente normal. -----

----- Com esta esperança, a todos deixo votos de boa saúde, dum Santo Natal e dum ano novo o mais feliz possível.” -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Deputada Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso -----



----- Deputada Susana Carla Alves Franco -----

----- Deputada Liliana Marques Alonso -----

----- Deputada Anabela da Costa Azenha -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir a algumas iniciativas no âmbito da ação social, designadamente a adesão ao projeto “Vacinação Local SNS Local” através do protocolo assinado com a Dignidade, através do qual se potenciou a vacinação descentralizada, procurando reduzir os contactos sociais, fazendo com que a mesma chegasse a todos os que dela necessitavam e que, por alguma razão, tiveram receio de se deslocar ao Centro de Saúde. Deu conhecimento que esta medida abrangeu quatrocentos beneficiários com mais de sessenta e cinco anos e que foi um investimento de dois euros e vinte e cinco cêntimos por vacina, perfazendo um total de novecentos euros. –

----- A outra iniciativa que referiu foi um projeto formação de voluntariado, financiada pelo POISE Portugal 2020 (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego), aberta a todos os interessados e que procura sensibilizar para a temática e formar para a prática do voluntariado consciente, procurando ainda incluir a comunidade escolar e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e população em geral. -----

----- Referiu-se ainda ao projeto “Inclusivamente” que tem como promotor a associação “A FARPA” - Associação de Familiares e Amigos do Doente Psicótico e como investidores sociais não só o Município de Rio Maior, mas também os de Santarém, Cartaxo, Chamusca, Alpiarça, Almeirim, Coruche e Salvaterra de Magos. Acrescentou que este projeto visa criar uma resposta social inclusiva para o apoio técnico ao doente psicótico e seus cuidadores e ainda sensibilizar, formar e desmitificar a doença mental, promovendo a inclusão de quem dela padece, para além de dar apoio direto às famílias e ações na comunidade. -----

----- Acerca da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), recordou que foi assinado em 2017 um protocolo de colaboração entre o Município de Rio Maior e aquela associação, que tem sido sucessivamente renovado pelo período de dois anos e que



implica o pagamento de vinte mil euros a cada renovação. Disse que este projeto visa prestar apoio a toda e qualquer vítima por técnicos com formação incluídos na equipa da ação social e um atendimento específico nas mais diversas áreas da APAV. Deu conta que nos últimos três anos foram sinalizadas setenta e uma situações, que deram lugar a trezentas e cinquenta diligências. Lembrou ainda que para assinalar os trinta anos de existência da associação, está patente no edifício dos Paços de Concelho, até 16 de dezembro, uma exposição comemorativa onde estão espelhadas as diversas campanhas que se concretizaram ao longo destes anos. -----

----- Terminou questionando o executivo municipal relativamente às ações que o município está a desenvolver no âmbito da situação, nomeadamente no que respeita a IPSS's e escolas. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para felicitar algumas iniciativas da Câmara Municipal nas freguesias do concelho, tais como os camiões palco que percorreram as freguesias por altura da realização do Mercadinho da Cebola e as árvores de natal iluminadas que trouxeram luz e algum conforto às pessoas que moram fora da cidade. Referiu-se ainda à atividade "Circulando" a decorrer na sua freguesia e ao programado fogo de artifício de fim de ano que decorrerá um pouco por todo o concelho, aliviando, certamente, o peso dos momentos e tempos difíceis que se vivem. Disse ainda que estarão a ser programadas outras iniciativas e avaliada a possibilidade de realização, tais como algumas exposições e espetáculos de teatro, incluindo, para além dos próprios autores, as pessoas das freguesias nas representações, louvando, desde logo, esse tipo de iniciativa de inclusão da comunidade. Deixou o pedido que esse tipo de ações possa ser programado anualmente e que após este lançamento possam ser frequentes. -----

----- Terminou pedindo aos presentes uma reflexão sobre aquilo que foi o assassinato de um cidadão estrangeiro às mãos das autoridades portuguesas, ocorrida nas instalações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) no aeroporto de Lisboa em março deste ano. Afirmou que aos autores desse acto bárbaro serão aplicadas as consequências penais previstas na lei, mas que outros atos ou omissões não cabem neste domínio. E, é nesse sentido, que pediu a reflexão, de como é possível que se trate famílias de um cidadão que morre numa situação de completa responsabilidade das autoridades portuguesas, da forma como foi tratada, passando meses sem nada dizer



à família, e terem a coragem de manter a viúva e os filhos numa situação penosa e ainda de ser a própria família a pagar a transladação do corpo. Por isso, pediu a reflexão se será isto que todos querem para Portugal e que seja gente desta que, ocupando os lugares mais altos de responsabilidade das instâncias nacionais, continuam a fazer uma triste figura que envergonha a todos. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por, em nome da Freguesia que representa, lamentar o falecimento recente das duas figuras políticas do nosso concelho, Senhor Manuel Nobre e o Senhor Vasco Tavares, que dispensam apresentações par além das já feitas anteriormente. -----

----- Depois, agradeceu ao executivo municipal a iluminação de natal que se estendeu, este ano, às freguesias e que, de uma forma ou de outra, trouxe algum ânimo e conforto à população e também pelo circo móvel que passou pelas freguesias e que foi o centro das atenções das crianças, proporcionando momentos agradáveis e de distração. Referiu ainda o apoio ao comércio local, como, por exemplo, a entrega dos sacos aos estabelecimentos comerciais. -----

----- De seguida, mudando de assunto, disse que a situação da água na Vila da Marmeleira continua a arrastar-se, a visita dos técnicos não resolveu e todas as semanas as pessoas lhe comunicam que não têm água ou que a água não tem pressão. Afirmou que o problema terá mesmo que ser encarado com mais seriedade para se conseguir levar água a todos e nas mesmas condições. -----

----- Chamou também à atenção para o estado degradado do piso de algumas ruas e estradas da freguesia, com buracos e muito degradado, a precisar mesmo de reparações urgentes. -----

----- Pediu ainda atenção para o crescente número de prédios degradados na Vila da Marmeleira, dizendo que foi já entregue uma listagem dos mesmos há já algum tempo e que em tempo de inverno surge o real perigo de caírem, pondo em perigo a segurança de pessoas e bens. -----

----- Terminou desejando a todos boas festas e em segurança e que 2021 possa ser melhor e um ano de viragem e sucesso para todos. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Começou por recordar o Senhor Manuel Frazão Nogueira, que foi o primeiro presidente da junta da, agora extinta, freguesia da Ribeira de São João e também presidente da Assembleia de Freguesia de São João da Ribeira, como um dos bons autarcas que passou pelo concelho que muitas vezes prejudicou a sua vida pessoal e profissional a favor da freguesia, sendo isso um facto reconhecido por todos, independentemente do partido político. Considerou que o facto de recordar aqui o Senhor Manuel Frazão Nogueira mostra que há um reconhecimento das muitas pessoas que dão tudo dão tudo pelas suas terras e que não devem cair em esquecimento. Lamentou também a partida do Senhor Manuel Nobre e a partida precoce de um amigo, Vasco Tavares, e ainda a partida das dez pessoas anónimas do concelho, derivado à Covid-19. -----

----- De seguida, quis deixar os parabéns a todo o executivo municipal que aprovou em reunião de 11 de dezembro, por unanimidade, a abertura do concurso público para a empreitada e reabilitação de conservação da Casa Poeta Ruy Belo. Lembrou que estava prevista uma apresentação pública do projeto no âmbito das comemorações do feriado municipal, mas que, infelizmente, em face da situação de pandemia não se concretizou, e sugeriu que possa ser estudada uma forma de esse projeto ser apresentado publicamente porque seria uma mais valia e poderia esclarecer as pessoas menos informadas e que que merecem essa explicação e apresentação. -----

----- Terminou deixando votos de saúde e que 2021 seja muito melhor que 2020 para todos, deixando ainda o aviso e o repto de que sendo um ano de eleições autárquicas todos saibam e consigam dar um exemplo de elevação e seriedade que as populações merecem. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Começou por se referir às comemorações do feriado municipal, destacando o acolhimento da proposta do Presidente da Assembleia Municipal e do Presidente da Câmara Municipal, que assumiram a não realização das mesmas, mesmo se tratando de uma tradição e de uma data que importa sempre assinalar. Enalteceu o espírito democrático demonstrado por todas as forças partidárias com representação na Assembleia Municipal em face desta iniciativa e disse que, como riomaiorense e interventor político, não poderia deixar de registar essa demonstração de



responsabilidade e de sentido democrático, assinalando-se de forma singela e em segurança a data, mas passando um exemplo que todas as entidades, nomeadamente as políticas, devem dar, e não apenas exigir à população que faça sacrifícios. -----

----- Depois, sobre a atividade do município e das freguesias, referiu-se às obras de requalificação da rede viária que tem vindo a acontecer um pouco por todo o concelho e à necessidade de se fazer sempre mais no meio rural da Freguesia de Rio Maior onde se verificam grandes carências e para o qual estão já elencadas algumas intervenções e outras irão ser avaliadas e discutidas no sentido de se priorizar essas obras tão urgentes para a qualidade de vida das populações. -----

----- De seguida falou sobre a requalificação do posto de turismo na Marinhas do Sal que passou a ter mais dignidade e condições para quem lá trabalha e para quem visita e necessita dirigir-se àquele serviço, sendo agora mais inclusivo e a ter melhores condições de acesso aos WC públicos, nomeadamente para pessoas portadoras com deficiência. Destacou ainda no posto de turismo, fruto da participação no orçamento participativo jovem promovido pela Câmara Municipal, a implementação do projeto vencedor no ano 2019, o “quiosque digital” que é uma ferramenta de informação, não só para a população do concelho, mas especialmente para quem nos visita. Disse ainda que este é um projeto da jovem Juliana Aires, que foi o vencedor da edição do orçamento participativo jovem de 2019, e que é manifestamente uma mais valia para o posto de turismo. -----

----- Relativamente às obras de requalificação que estão a decorrer no parque de estacionamento junto às piscinas disse ser uma obra mais que necessária no sentido de se dotar de melhores condições aquele espaço para quem usufrui das infraestruturas desportivas ali localizadas. Afirmou que essas obras, assim como a cobertura do campo de padel e a construção de um outro, são obras que trazem melhorias evidentes e, nessa sequência, questionou o ponto de situação relativamente ao parque de crossfit e ao parque de arborismo, também este resultado de um projeto vencedor do orçamento participativo jovem, edição de 2018, idealizado pela riomaiorense Raquel Piedade. -----

----- Para terminar solicitou informação acerca da situação das obras no IC2, porque se sabe que as mesmas se iniciaram, mas não o pormenor do ponto em que se encontram e qual o traçado em que as Infraestruturas de Portugal irão intervir. -----

----- Concluiu dizendo que este foi um ano atípico, marcado por acontecimentos maioritariamente negativos, com perdas com grande significado, e aqui incluiu os dez óbitos de pessoas do concelho por COVID-19 e, em seu nome e da freguesia que



representa, desejo a todos um santo e feliz Natal e que o ano que se inicia seja de viragem e de recomeços. -----

----- **Deputada Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por, em seu nome e do CDS - Partido Popular, endereçar as sentidas condolências às famílias e amigos dos riomaiorenses que partiram nos últimos dias. Em relação ao Senhor Manuel Nobre, homem por todos conhecido e que desempenhou funções no município como vereador e como presidente da Câmara Municipal, lembrou o benfeitor que foi em prol dos riomaiorenses, tornando-se um dos grandes dinamizadores económicos e sociais do concelho e com uma preocupação permanente com a ação social sendo, inclusive, um dos fundadores do Centro de Educação Especial “O Ninho” e também provedor da Santa Casa da Misericórdia. No que respeita a Vasco Tavares, que precoce e inesperadamente partiu, disse ser de uma competência e compromisso ímpares, um homem trabalhador e empenhado, deixando disso muitos exemplos, mais recentemente o novo boletim municipal com o objetivo de dar a conhecer a atividade da autarquia a todos os munícipes, tornando-se um elo de ligação entre estes e os órgãos de gestão municipal. -----

----- Terminou fazendo referência ao novo portal do associativismo, mais simples, mais transparente e intuitivo e que torna a comunicação entre as entidades mais direta, e consequentemente, mais dinâmica, estreitando as relações entre a autarquia e o movimento associativo. Disse ainda que este portal disponibiliza um conjunto de serviços online especificamente dirigidos às associações e que vão contribuir para a simplificação e agilização dos procedimentos de gestão diária, tornando mais rápida e eficaz a interação dos serviços municipais. -----

----- Concluiu desejando um feliz Natal a todos e que o ano de 2021 possa trazer uma lufada de ar fresco e que tudo o que aconteceu em 2020 possa ser deixado para trás e se possa ter paz. -----

----- **Deputada Susana Carla Alves Franco** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

Interveio para falar sobre a segurança nas cidades e, em especial, em Rio Maior, até há pouco tempo por si considerada como segura. Contou que vive em Rio Maior há dezassete anos e que, há pouco tempo, a sua e outras casas foram assaltadas e que



se verificam também já situações em que há pessoas a viver nas escadas do prédio onde habita, desconhecendo as razões, assustando os moradores. Saliu que para além da questão da segurança, há uma outra subjacente, igualmente relevante, que é saber se essas pessoas que roubam e as outras que moram em vãos de escada são de Rio Maior e se se encontram em dificuldades extremas. Questionou se o executivo municipal tem como verificar este tipo de situação e como é que verifica se há pessoas com falta de condições e em dificuldades desta natureza em Rio Maior. -----

----- Ainda sobre questões de segurança, deu também conhecimento que ao fazer uma caminhada pelos percursos do “Km0”, ao sair da zona com características mais urbanas para uma zona de mais ruralidade, deparou-se com uma matilha de cães que saíram de uma vivenda sem portão, sem vedação e que a perseguiram, questionando onde se poderá fazer queixa relativamente a este tipo de situação e se a Câmara Municipal tem algum papel nestas situações, pelo menos educativo, de sensibilização, evitando estes casos de ataques de cães que podem ter sérias consequências. Terminou dizendo que gostaria de voltar a sentir Rio Maior como uma cidade segura, para todos, e onde há um cuidado com a segurança e também com a garantia de cuidados básicos e essenciais da população, como a alimentação e abrigo. -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Começou por dizer que a governança é a forma como se governa, governar é fazer opções, e governar uma autarquia local é tomar decisões que sirvam o interesse do público, das populações e do desenvolvimento do concelho. Disse que quarenta e quatro anos depois das primeiras eleições para o Poder Local Democrático é importante analisar os índices de desenvolvimento, as taxas de cobertura da água potável, da recolha de resíduos, saneamento básico e funcionamento das estações de tratamento de águas (ETAR), dos níveis e graus de poluição ambiental das linhas de água e rios, para se conseguir responder positivamente às necessidades colocadas. Afirmou que há um atraso óbvio no concelho de Rio Maior ao longo de décadas e na taxa de cobertura do saneamento básico e funcionamento das ETAR’s. Disse ainda que está na moda afirmar que agora é tempo de pequenas obras e que não há dinheiro para resolver estes problemas, isto, em seu entender, porque os esgotos não se veem, estão enterrados e não dão votos. Reforçou que não se pode continuar com este atraso civilizacional. -----



----- Terminou desejando boas festas a todos e respetivas famílias, em segurança e fez votos de um 2021 melhor que 2020. -----

----- **Deputada Anabela da Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Começou a intervenção por lamentar a perda de diversas pessoas ultimamente no concelho, apresentando as suas condolências à família do Senhor Manuel Frazão Nogueira, um grande homem e um bom autarca. -----

----- De seguida disse que consultou o Instituto Nacional da Propriedade Industrial e percebeu que houve um particular que registou várias marcas associadas às Salinas de Rio Maior, das quais a mais relevante é a marca “Sal Sem Mar”, marca usada pela população riomaiorense talvez já há cem anos, como consta de registo da imprensa local, que pode ser consultada. Acrescentou que foi até realizado um filme com esse nome na década de 60, pese embora de âmbito particular, e que teve um amplo sucesso. Afirmou que não importa ao Partido Socialista as questões particulares e muito menos as comerciais e de terceiros, mas considera que há o dever de salvaguardar o património imaterial cultural identitário dos riomaiorenses. Mais disse que a expressão “Sal Sem Mar”, a par de outras como “Salinas de Rio Maior”, por exemplo, fazem parte integrante da história riomaiorense e a haver alguém que as explore terá, ou teria, que ser a câmara municipal, na defesa desta identidade de um povo e que deveria concessionar e regular esse uso. Perguntou de que forma se irá explicar a um salineiro que usa o nome “Sal Sem Mar” nos seus produtos que terá que pagar para o poder fazer e qual a posição da Câmara Municipal em relação a esta situação. Questionou ainda se nomes Tasquinhas de Rio Maior, FRIMOR e Pão de Rio Maior estarão registados em nome de alguém e, se não estão, o que pensa a câmara municipal fazer em relação esta situação. -----

----- Mudando de assunto, disse que o Governo anunciou alguns fundos destinados ao ensino, onde se pode englobar a escola profissional. Questionou se existe algum plano pedagógico e financeiro para os próximos três, quatro anos da Escola Profissional de Rio Maior e ainda se a câmara municipal tem em mente alguma candidatura para reforçar a situação financeira desta escola. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção, de acordo com a forma de estar na vida pública da CDU e apesar dos votos de pesar já entregues, por reiterar as sentidas condolências às



famílias dos falecidos, Vasco Tavares e Manuel Nobre. Disse que a vida partidária tem adversários ideológicos e não inimigos, por isso, apresentou os sentidos pêsames ao Partido Social Democrata de Rio Maior, como já o fizeram, e que voltou a reiterar neste local. -----

----- Passando à intervenção que importa fazer neste momento, disse que o ano de 2020 será, certamente, recordado como o ano em que a pandemia começou, pandemia essa que veio acentuar e agravar as desigualdades sociais, a pobreza e a exploração dos trabalhadores, e que trouxe ainda outros e novos problemas a que os governos, os diversos poderes, a sociedade civil e a ciência, têm obrigatoriamente que dar resposta urgente do ponto de vista da segurança sanitária para todos e cada a um. Considerou que este é um tempo que exige às autarquias locais, câmaras municipais e juntas de freguesia, um verdadeiro e efetivo serviço público e de apoio às populações, em particular às mais desfavorecidas, não havendo tempo promessas e ilusões e sim para a concretização. Com isto quis dizer que por muito bonito que seja para a fotografia ruas vazias de gente e encharcadas de luzes, que por muitos sacos distribuídos com o nome da autarquia, que por muitos tapetes vermelhos que à segunda pisadela já não deixam ver os dizeres, que por muito bonito que sejam as iluminações a imitarem árvores distribuídas pelas freguesias, pergunta porquê tanto exagero. Pediu desculpa por aquilo que considera a sua ingenuidade política, mas questiona se não será por haver eleições autárquicas daqui a dez meses, e desculpou-se novamente pela sua seriedade política, mas foram eleitos para promover o bem-estar das populações do concelho, assim como o seu desenvolvimento económico e social e que seria, para a CDU, muito mais eficaz e justo utilizar parte dos gastos financeiros e dos recursos humanos na dinamização da economia local e, dessa forma, quer os mais desfavorecidos, quer as famílias em geral, os empresários, micro, pequenas e médias empresas, veriam algum resultado positivo dos impostos que pagam ao Estado. Afirmou que é bom que em tempo de pandemia e de aproximação de eleições, que os eleitos, que são eleitos democraticamente, existam para servir a causa pública com eficácia, rigor, eficiência e transparência. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Começou por, em seu nome pessoal e do Partido Socialista, endereçar uma vez mais os votos de condolência ao Partido Social Democrata e às respetivas famílias, pelas grandes perdas, e por quem se apresentou os votos de pesar, e também a todos aqueles que, vítimas desta pandemia, têm perdido a vida e que no concelho de Rio



Maior já contabilizam dez vitimas. Por isso, disse que esperava que pudessem guardar um minuto de silêncio, não só pelas três pessoas dos votos de pesar, mas também, para todos riomaiorenses que, infelizmente, têm perdido a vida. -----

----- De seguida, referindo-se às obras de requalificação do parque de estacionamento junto às piscinas, disse que ao contrário daquilo que já foi dito, considera que aquela obra não é fundamental e que o PSD tem-se caracterizado por fazer obra de cosmética, requalificando o que já estava requalificado e gastando, por vezes, recursos financeiros que poderiam ser usados em coisas fundamentais como, por exemplo, a substituição das condutas de água que em alguns casos rebentam a cada três meses. Referiu ainda o caso da ciclovia Rio Maior/salinas, que é mais um conjunto de remendos do que uma ciclovia e que, se calhar, já era altura de requalificar. Questionou ainda, apesar de estar de acordo com todas as obras que sejam para melhorar a qualidade de vida dos riomaiorenses, o porquê de serem cobertos os campos de padel e não os campos de ténis, já que, muito provavelmente, não seria muito mais oneroso incluir também aqueles dois campos que durante seis meses do ano não são utilizados por causa da chuva. —

----- Relativamente à iluminação de Natal deu os parabéns ao executivo municipal uma vez que este ano resolveu utilizar um dos ícones de Rio Maior, a Chaminé da Mina, para o efeito, em seu entender bem, tal como o Partido Socialista tinha no seu programa embora não naquele sentido, dizendo que foi uma boa ideia e fazendo apenas um reparo ao facto de não se ter aproveitado a ocasião para retirar a bandeira lá colocada em tempos. -----

----- Ainda acerca da Mina do Espadanal questionou o executivo sobre o que é que pensa fazer e para quando uma classificação como património municipal e uma possível candidatura a património nacional, permitindo que se pudesse concorrer a fundos comunitários em que pesaria, com toda a certeza, se aquele edifício fosse classificado, o que seria uma mais valia para Rio Maior. -----

----- Voltando a falar das iluminações de Natal disse que, ao contrário do que foi já dito, não achou mal a sua colocação e considera que não foram colocadas só por efeitos das eleições autárquicas em 2021, concordando que é preciso dar um pouco de conforto e alegria a todos os riomaiorenses nesta altura difícil, mas que é também imperativo não esquecer outros problemas prementes que urge resolver ou tentar pelo menos, sendo que reconhece que muitos não serão responsabilidade exclusiva da Câmara, mas que esta tem um peso institucional que o cidadão comum não tem, pelo menos junto das



autoridades competentes para que façam uma fiscalização mais efetiva de certas situações. -----

----- Concluiu desejando a todos um bom Natal e um feliz 2021, que seja melhor que 2020. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por propor que a Assembleia Municipal possa fazer um minuto de silêncio, após a votação dos votos de pesar, não só pelos três homenageados, mas também por todos os falecidos no concelho de Rio Maior, nomeadamente vítimas da Covid-19. -----

----- A restante intervenção foi passada na íntegra por se tratar de um texto pessoal de homenagem. -----

----- “Quanto aos votos de pesar que foram apresentados aqui pouco haverá mais a dizer, mas deixem que dê aqui uma palavra sobre o falecimento do Vasco Tavares. Os restantes homenageados dizem-nos alguma coisa enquanto membros ativos da vida cívica e política do concelho, mas, e em especial para mim, o Vasco Tavares era aquele que mais próximo, por todas as razões evidentes e que todos aqui conhecem, que de mim estava. E, desde já, agradeço, se me permitem, embora nesta sala estejam os dois vice-presidentes da Comissão Política do PSD, mas deixem-me que agradeça as condolências apresentadas, nomeadamente hoje, pelo falecimento do nosso colega e companheiro de partido. -----

----- E é por aqui que começo. O Vasco era um colega, um amigo, um companheiro de lutas, de lutas políticas em várias comissões políticas do PSD, campanhas eleitorais, entre outras atividades que tínhamos e bem assim como secretário da Vereação e agora, neste último período, como adjunto do gabinete na Câmara Municipal de Rio Maior e sempre uma ajuda muito valiosa nestas Assembleias Municipais. Como disse o Vasco era o colega, era o amigo, era teimoso, é verdade, muito teimoso, mas sempre disponível para em tudo ajudar, fazia tudo o que estava ao seu alcance, e até mais do que aquilo que lhe seria imposto ou supostamente imposto, mas que fazia tudo e quantas e quantas vezes entre nós não dizíamos “liga ao Vasco que ele resolve”, “fala com o Vasco que ele faz”, e para quem o conhece e trabalhou com ele, sabia que independentemente de ser mais rápido ou mais lento, ou à velocidade que muitas vezes que não à velocidade que nós desejávamos, mas a verdade é que não falhava, fazia sempre tudo e mais alguma coisa. É verdade que quando morremos todos passamos a ser pessoas de excelência, muito melhor do que alguma vez até fomos em vida, mas o



Vasco não precisa, ou não precisava, do falecimento para se dizer aquilo que ele efetivamente é. E o Vasco é tudo aquilo que os seus amigos e os seus colegas, com maior proximidade, dizem e muito mais. E fico-me por aqui pedindo um minuto de silêncio como já tinha requerido.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que iria tentar responder a todas as questões rapidamente, pedindo a todos aqueles que por ventura fiquem com alguma questão por responder, que aguardem a resposta por escrito. -----

----- Sobre o ponto de situação do que se está a fazer nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e nas escolas, informou que desde o início pandemia o município tem tentado cumprir o seu papel através de um acompanhamento quase diário, substituindo-se muitas vezes ao Estado Central, principalmente no que toca à atribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), com o apoio da Proteção Civil Municipal na definição dos melhores trajetos dentro das instituições e das melhores práticas para que os contágios sejam reduzidos ao mínimo, seja nas instituições seja nas escolas. Acrescentou que para além destas entidades, tem também sido fornecido EPI aos bombeiros, à Cruz Vermelha, à Guarda Nacional Republicana (GNR) e, inclusive, ao Centro de Saúde de Rio Maior, numa clara substituição do papel do Estado Central na atribuição destes equipamentos. Continuou dizendo que para além destas ações, o município tem também suportado todas as despesas de desinfeção dos espaços, para ter uma ação imediata, já que a solução por parte do Estado Central, através de uma equipa da GNR para o efeito, tem um tempo de ativação e resposta de dias e, em situações destas não se pode esperar tanto tempo para se ser eficaz. -----

----- Acerca das atividades que têm vindo a desenvolver-se nas freguesias, agradeceu as palavras dos presidentes de junta e afirmou que esta é uma nova forma de pensar, levando aquilo que se faça na cidade a ter representatividade nas freguesias, porque, em seu entender, o concelho é só um e devem ser dadas as mesmas condições, obviamente adaptadas a cada realidade, ao meio rural e ao meio urbano, pois não estará a ser cumprida a boa gestão do território se não for como um todo, incentivando uma relação de proximidade na tentativa de se uniformizar as ações feitas no concelho.-



----- Relativamente à pressão da água na Vila da Marmeleira disse que a grande intervenção feita nos últimos anos e as correções que se seguiram à obra, não resolveram esta questão e, pelo que lhe foi dado a conhecer pelos técnicos da área, não se trata de um problema de condutas, mas sim nas irregularidades no sistema de pressurização do sistema de água, estando a situação a ser acompanhada e esperando que a breve trecho haja resposta, porque depois do elevado investimento que o município fez naquele sistema de abastecimento, não faz sentido que as pessoas não estejam a ser servidas em condições. -----

----- Quanto à manutenção de ruas e estradas na Vila da Marmeleira, concordou que existem situações urgentes, à semelhança de outras pelo concelho, e que se tem tentado trabalhar de forma continuada em todas as freguesias na sequência do planeamento de manutenção contínua a que se pretende dar corpo para os próximos anos. Afirmou que espera conseguir garantir investimento na rede viária das freguesias no sentido de em cinco ou seis anos se consiga ter uma rede viária sem grandes necessidades de intervenção e em que a manutenção continuada seja uma realidade. Infelizmente, disse, neste momento ainda não chegamos ao ponto de ser apenas manutenção e existem algumas estradas que têm mesmo que ser repavimentadas e, após isso, serem mantidas. Disse ainda que se irá continuar, em conjunto com as freguesias, a definir as prioridades de intervenção em cada área e que em 2021 o procedimento será igual. -----

----- Sobre o projeto da requalificação da Casa Poeta Ruy Belo, confirmou que foram aprovadas as respetivas peças e lançado o procedimento, dizendo que por vezes não é fácil explicar a uma população o aproveitamento de fundos comunitários e esclareceu que quando na comunicação social é noticiado que a Câmara Municipal iria gastar meio milhão de euros nesta obra, tal não corresponde à verdade, sendo que esse valor corresponde a todo o projeto, desde a Rota Literária ao prémio de investigação e à requalificação da própria casa, projeto esse apoiado por fundos comunitários. Afirmou que, em seu entender, estão finalmente reunidas as condições para que o município respeite e promova Ruy Belo como um fator de atração turística, de turismo literário, e que possa, como um projeto agregador e de largo espetro, trazer ao concelho mais riqueza, mais conhecimento, ganhando verdadeiro sentimento de pertença por um poeta que nem sempre foi bem tratado por Rio Maior, nomeadamente após a sua morte, nem o seu património imaterial devidamente abraçado. -----



----- Referindo-se, de seguida, às comemorações do feriado municipal agradeceu a todos os partidos presentes na assembleia por terem anuído ao facto, muito ponderado, de não realizar as cerimónias presencias e afirmou que estava certo que as forças políticas de Rio Maior, como um todo, transmitiram à população uma posição muito séria responsável. -----

----- Relativamente à requalificação do meio rural da freguesia de Rio Maior, concordou que é, efetivamente, uma necessidade brutal, e que no ano que vai entrar haverá, seguramente, bastante investimento, porque muitos dos trinta e seis lugares da freguesia, precisam de fortes investimentos na rede viária. -----

----- Sobre a requalificação do posto de turismo explicou que existia uma deficiência de construção por não ter acessibilidades inclusivas, tirando a hipótese, a quem tenha dificuldades de mobilidade, de poder ser utilizador daquele posto e que, neste momento, essa falha foi sanada e a capacidade de receção é global. -----

----- De seguida reconheceu a fantástica manobra que é o Orçamento Participativo Jovem (OPJ) no sentido de atrair os jovens a participar nas políticas do concelho e de verem realizada, na prática, aquilo que propõem. Dessas propostas, continuou, resultaram já atividades como o Animatro – Festival de Teatro de Rio Maior”, o Quiosque Digital que se encontra nas Marinhas e o, já em andamento, Parque de Arborismo. -----

----- No que se refere à requalificação da zona envolvente ao parque desportivo, junto às piscinas, discordou que seja desnecessário e que aquela zona estivesse em condições para centenas de pessoas e automóveis todos os dias, sendo até uma prioridade no que toca a rede viária e ao estacionamento porque as condições que existiam não eram, de todo, nem minimamente aceitáveis. Afirmou que, em seu entender, aquela zona de estacionamento, bem como a cobertura do campo de padel e a construção do novo campo, vêm beneficiar aquele espaço. Disse ainda que houve a preocupação de manter as árvores existentes, conservando o património verde daquele estacionamento e que, a breve trecho, será também construído o parque de arborismo e o parque de crossfit que ocuparão o espaço que vai do último campo de ténis em direção ao rio, alindando aquela zona e com acessibilidades a pessoas com dificuldades de mobilidade e com alguns equipamentos que podem ser utilizados por pessoas com essas condições. -----

----- Relativamente ao IC2, uma preocupação grande para todos os riomaiorenses, por ser uma via estruturante para o concelho, deu conhecimento que teve uma reunião com o Eng.º Vítor Sequeira, Diretor da Infraestruturas de Portugal (IP), onde lhe foi dito que



tudo está a decorrer dentro da normalidade, que o concurso da requalificação do troço Asseiceira/Freires está também a decorrer, já com alguns interessados e que, na opinião do diretor, a intervenção arrancará no início do próximo ano. Acrescentou ainda que falaram sobre a EN114, mas que ainda não terá notícias definitivas por agora, mas o que são expectáveis boas notícias para o concelho, esperando que na próxima sessão já possa as possa transmitir com segurança. Ainda sobre o IC2, explicou que o que atualmente decorre são obras de conservação no troço imediatamente atrás daquele que indicou. -----

----- Quando ao Boletim Municipal, disse que foi retomada a sua publicação para colmatar a falha de comunicação com aqueles para quem as tecnologias de informação não fazem parte do seu dia a dia, numa tentativa de fazer chegar ao seu conhecimento o trabalho do município e a sua atividade. -----

----- Sobre o novo Portal do Associativismo, reconheceu que é um trabalho fantástico, agradecendo ao vereador responsável por esta área, bem como à unidade orgânica que desenvolve trabalho neste âmbito, já que este portal facilita muito a ligação formal e documental das associações à câmara municipal. Acrescentou que foi feita uma ação de formação para os dirigentes associativos para a utilização do mesmo dando a conhecer todas as funcionalidades e o mesmo possa ser usado na sua plenitude. -----

----- Referindo-se à questão da segurança, afirmou que esta é uma preocupação constante, pedindo, desde logo, que a quem souber de situações como as descritas nesta sessão possam, de imediato, dar conhecimento à câmara municipal que no mesmo momento fará chegar às autoridades competentes as situações descritas que, reconheceu, desconhecia. Pediu que para os esclarecimentos no âmbito das pessoas em dificuldades pudesse ser dada a palavra à Vereadora responsável pela área para mais esclarecimentos. Relativamente à situação passada com os cães, reconheceu que era difícil o município ter um fiscal para cada cidadão e que situações desta natureza terão que ser comunicadas à GNR para esta poder agir em conformidade, por se tratar de animais particulares em via pública e, havendo necessidade, a câmara municipal poder atuar dentro do leque das suas competências. -----

----- Acerca da situação do registo de marcas, disse estar ao corrente do registo da marca “Sal Sem Mar”, que a informação chegou, inclusive, através de pessoas particulares, com propriedade particular nas salinas, e que a Câmara Municipal está atenta e aguarda que seja questionada qual é a sua posição, sendo neste momento uma situação de um conflito entre quem registou a marca e os proprietários legítimos



daquele espaço. Disse que não estava completamente convencido que terá que ser a Câmara Municipal a fazer o registo e gestão dessas marcas e não a iniciativa privada. Afirmou que esta será uma situação que será acompanhada e que teve já oportunidade de falar com a empresa que fez o registo e com aqueles que se sentem lesados com esse registo e aquilo que lhe foi dado a conhecer é que aqueles que se sentem lesados irão exigir uma participação da Câmara Municipal na sua argumentação contra esse registo e que, obviamente, a Câmara estará do lado de quem mais defenda Rio Maior.-

----- Relativamente à Escola Profissional de Rio Maior explicou que está num processo de reformulação, aumento e diversificação do seu modelo de negócio procurando uma captação financeira que atualmente não tem, plano esse que se espera começar a concretizar durante o ano de 2021, nomeadamente através da formação de ativos dirigida a empresas. Disse ainda que candidaturas para reforço financeiro é uma coisa que não existe, mas que é obvio que outro tipo de projetos e possíveis candidaturas possam surgir serão do conhecimento da equipa técnica da escola que, com o óbvio apoio da câmara municipal, serão aproveitadas. -----

----- Discordou da posição que desvaloriza as iniciativas da época natalícia e as rotula como manobras eleitorais, dizendo que estas foram uma forma de dar um sinal de conforto e alegria num ano negro aliado a uma dinamização do comércio, não obstante o custo que teve para a autarquia. Disse ainda que o facto de se iluminar a chaminé da mina tem, no essencial, o intuito de voltar a trazer o complexo mineiro para os afetos dos riomaiorenses, de cativar as pessoas para aquele património. Disse ainda que não acredita que a critica tenha sido por só criticar e que até percebeu o que se quis transmitir, mas o que lhe é transmitido é um contentamento geral da população com as iluminações e as restantes ações e natal. -----

----- Sobre uma eventual cobertura dos campos de ténis esclareceu que a obra custaria não apenas um pouco mais, mas sim dez ou quinze vezes mais, e que em Rio Maior, segundo as estatísticas dos últimos dez anos, há cinquenta e seis a cinquenta e oito dias de chuva por ano e não seis meses. Esclareceu também que foi dada prioridade à cobertura dos campos de padel porque a sua prática é impossível quando chove porque se trata de piso de alcatifa e que encharca, ao passo que o piso dos campos de ténis, passando a chuva, pode de imediato ser utilizado e também porque o rácio de alunos da escola de padel é bastante superior ao da escola de ténis neste momento. Esta priorização não invalida o facto de posteriormente se fazer o mesmo com os campos de ténis. -----



----- Sobre uma eventual classificação do complexo mineiro, concordou que sendo património classificado o acesso a financiamentos poderá ser mais ligeiro e superior e a majoração de candidatura maior, mas disse que, neste momento, não existem condições financeiras para fazer daquele património o alvo prioritário por terem sido feitas outras escolhas que o executivo entendeu serem mais oportunas, como por exemplo o projeto da requalificação da moagem que vem consolidar a requalificação da zona ribeirinha. Afirmou que obviamente a Câmara terá sempre presente este património e em comunicação com a EICEL<sup>1920</sup> que é a associação com mais conhecimento sobre o Complexo Mineiro da Mina do Espadanal e que será com essa associação que se poderá fazer um projeto em conformidade e aproveitar quaisquer fundos que possam surgir. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Vereadora Maria Leonor Magalhães Fragoso para esclarecimentos das questões colocadas, conforme solicitado pelo Presidente da Câmara. -----

----- **Vereadora Maria Leonor Magalhães Fragoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou dizendo que a informação de que haveriam pessoas a dormir em escadas de prédios era desconhecida à Câmara Municipal e aos serviços de ação social e sendo recorrente solicitou que se conseguissem identificar a pessoa ou pessoas pudessem fazer chegar essa informação de forma a conseguir sinalizá-las. Disse ainda que estas e outras situações semelhantes, quando conhecidas, são sempre sinalizadas junto da Segurança Social e da pessoa do Diretor Regional no sentido de se conseguir as melhores soluções e o melhor apoio possível. -----

----- Sobre o trabalho da ação social, explicou que o que se tenta fazer é a articulação da rede para que se conheçam o maior número de casos possíveis porque é sabido que as situações de pobreza muitas vezes são envergonhadas e, por conseguinte, mais difíceis de reconhecer e de se conseguir chegar até elas. Deu ainda conta que aquilo que se tem vindo a fazer, e a reforçar neste contexto de pandemia, é, não só juntar todas as entidades que habitualmente já trabalham com a equipa de ação social de forma direta, como a equipa do Rendimento Social de Inclusão, o Gabinete de Inserção na Vida Ativa, as equipas do CLDS, a loja social, a Conferência de São Vicente Paulo, mas também as escolas e as juntas de freguesia, pela sua proximidade às populações e conhecimento efetivo das mesmas. Deu conhecimento que com esta articulação este



ano letivo já foram feitas cinquenta e uma sinalizações por parte das escolas, no sentido de se fazer averiguação da capacidade económica da família e estabelecer alguma relação a fim de se perceber se os sinais dados têm fundamento. Acrescentou que a equipa foi reforçada este ano com mais uma assistente social e quatro linhas telefónicas sempre disponíveis e foram amplamente divulgadas. -----

----- Em relação aos apoios económicos, nomeadamente o Fundo Municipal de Emergência Social, informou que só este ano, mais especificamente desde fevereiro, foram já realizados quarenta e oito atendimentos, revelando uma atividade crescente que se tem vindo a registar em virtude da pandemia e dos mais diversos constrangimentos a ela associados. -----

----- Deu conhecimento que até final do mês de novembro foram realizadas duas mil e quinhentas diligências pela ação social do município, incluindo as no âmbito dos protocolos com a APAV e com outras associações que trabalham no âmbito da doença mental. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Finalizadas as intervenções colocou a votação os Votos de Pesar subscritos por toda a Assembleia Municipal e a realização de um minuto de silêncio não só pelos falecidos evocados nos votos, mas também pelas vítimas mortais da COVID-19. -----

----- A proposta de realização do minuto de silêncio foi aprovada por todos os membros presentes da Assembleia Municipal (28 presenças). -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Vasco Filipe Luís Tavares (anexo 5)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Frazão Nogueira (anexo 6)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Sequeira Nobre (anexo 7)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- Foi, neste momento, feito um minuto de silêncio em memória dos falecidos, nos termos aprovados. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal a proposta os assuntos referentes aso pontos



VI a IX e ainda os pontos XIII e XIV, pudessem ser apresentados e discutidos em conjunto e depois votados individualmente. -----

----- A proposta foi aprovada por todos os membros presentes da Assembleia Municipal (28 presenças). -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Informação semestral sobre a situação financeira do Município de Rio Maior | 1º Semestre** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 8)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Proposta de alteração dos Estatutos da Associação de Fins Específicos AMO MAIS** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, dizendo que o que se pretende é, alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º e n.º 3 do artigo 109º, conjugado com o n.º 1 do artigo 108º, todos do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a aprovação da alteração aos Estatutos da Associação de Fins Específicos AMO MAIS. -----

----- Acrescentou que se trata de uma proposta onde se pretende ver aumentada a competência da associação no sentido de poder realizar, nomeadamente no âmbito dos resíduos sólidos urbanos, da economia circular, da mobilidade, da eficiência e da valorização dos recursos, descarbonização e todas as dimensões políticas públicas, que contribuem para o combate às alterações climáticas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para questionar, porque desconhece, sobre a mais recente atividade da associação e dela fazer uma breve resenha, assim como dos projetos a curto, médio prazo que justificaram nomeadamente este pedido de alteração. -----



----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que, neste momento, não tem presente a atividade da associação nem o seu plano de atividades, mas que pode, isso sim, dizer que a recolha de resíduos vai sofrer alterações brutais em 2021 com dois fatores primordiais, em primeiro lugar a taxa de resíduos que vai subir o seu custo para o município, uma taxa com um aumento a rondar os 100%, e depois porque a recolha de biorresíduos vai passar a ser uma obrigatoriedade nos municípios, onde a plenitude desta recolha será feita, com a consequente necessidade de adaptação que isso irá exigir das entidades responsáveis e dos próprios cidadãos. Relativamente às informações solicitadas disse que iria pedir a sua compilação e que lhe faria chegar por escrito por não dispor da mesma no momento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Municipal António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (28 presenças). -----

----- **Ponto II - Aprovação da proposta de modificação aos Documentos Previsionais 2020 – Orçamento da Receita/Despesa e Grandes Opções do Plano (PPI) – Revisão Orçamental n.º 3** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação da Modificação aos Documentos Previsionais 2020 - Revisão Orçamental nº 3. -----

----- Acrescentou que esta proposta de modificação decorre de uma reprogramação das candidaturas FEDER com o consequente efeito na calendarização e a passagem do início das obras para 2021 o que leva à anulação da correspondente receita e despesa consideradas inicialmente em 2020. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 8 abstenções dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Ruy Alfredo de Espírito Santo Leitão, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----



----- “Este é o exemplo acabado de como os interesses eleitorais da maioria no poder condicionam, e de que maneira, os planos de atividades e os orçamentos. As obras indicadas, deviam de ser concretizadas em 2020, 21 e 22. Agora propõe-se uma modificação para que tudo fique concluído em 2021, ano de eleições autárquicas. Não é esta a nossa maneira de governar.” -----

----- **Ponto III – Aditamento ao Contrato Programa do ano de 2020 – DESMOR, E.M.S.A.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação do aditamento ao Contrato Programa do ano de 2020, celebrado em 10 de janeiro de 2020, entre o Município de Rio Maior e a DESMOR, E.M.S.A., nos termos do artigo 26.º dos Estatutos da Empresa Municipal em apreço, conjugado com o artigo 47.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, na sua atual redação. -----

----- De forma a explicar a razão deste aditamento, acrescentou que se trata de um efeito direto da pandemia e de todos os meses que a atividade da DESMOR esteve interrompida causando um transtorno financeiro elevado. Esclareceu que a não utilização do centro de estágios e a não utilização pelos clubes, escolas e pelos riomaiorenses das instalações desportivas, levou a que a previsão de receita feita para o ano de 2020 tivesse uma quebra de 38% e que as horas de utilização uma redução de 28%, originando um aumento de custos. Assim, disse que o que se propõe é um aditamento ao contrato-programa por forma a trazer justiça às contas da DESMOR e que a Câmara possa assumir este custo no sentido de minimizar na totalidade o prejuízo da empresa municipal derivado das condições excecionais que se vivem. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU chama a atenção do executivo para a situação em que fica a DESMOR. É, em nosso entender, o fim de um ciclo de vacas gordas, estamos a viver um tempo infelizmente duradouro de vacas magras. É tempo do Município de Rio Maior definir



muito bem o que pretende da DESMOR a partir de agora e para os próximos anos. Estamos disponíveis para dar a nossa contribuição.” -----

----- **Ponto IV – Contrato Programa para o Ano de 2021 | Desmor, E.M.S.A** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação do Contrato Programa para o ano de 2021, a celebrar entre o Município de Rio Maior e a DESMOR, E.M.S.A., nos termos do artigo 26.º dos Estatutos da Empresa Municipal em apreço, conjugado com o artigo 47.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, na sua atual redação. -----

----- Acrescentou que este contrato programa prevê um aumento relativamente ao definido inicialmente para o ano de 2020 porque embora se perspetive alguma retoma para o ano de 2021, perspetiva-se também uma quebra nos primeiros meses do ano que levará a uma perda global de 15% na atividade da empresa. Deu conhecimento que o contrato programa e o orçamento da Desmor assentam em pressupostos que permitem ter uma visão menos negativa da previsão orçamental para o ano de 2021 e acreditar numa retoma gradual da atividade desportiva com base em alguns indicadores positivos, tais como a confirmação da realização dos Jogos Olímpicos, os índices de satisfação e confiança dos clientes e utilizadores em geral demonstrados através de instrumentos reais de monitorização e ainda os extraordinários resultados da prestação de serviços do centro de estágios que, mesmo em ano de pandemia, se perspetivam iguais a 2019. Concluiu dizendo que se prevê que 2021 seja um ano de início de retoma, porventura com prejuízos e, por essa razão, se prevê um aumento em cerca de 15% do contrato-programa que vigorou no início do ano 2020. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir ao orçamento apresentado pela DESMOR e disse-se satisfeito por finalmente ver que a DESMOR deixou de pagar mil euros de água por ano e passou a pagar um valor que considera mais consentâneo com a realidade, solicitando que lhe pudesse ser esclarecido a que se deve essa alteração. Pediu também uma justificação de quais são os critérios que a DESMOR se baseia para fornecer estes indicadores de eficácia e estes preços de custo por hora de utilização previsto porque, a seu ver, há alguns custos para algumas instalações que, não pondo em causa os conhecimentos



técnicos das pessoas, gostava de ser elucidado, como por exemplo o custo por hora previsto para a utilização da nave do pavilhão multiusos de sessenta e três euros por hora e que, em comparação com qualquer um dos outros pavilhões que têm muitos mais funcionários, tem um custo muito maior. Concluiu dizendo que espera que a DESMOR consiga recuperar novamente os bons resultados e que para o ano não estejam aqui, nesta altura, a fazer um novo aditamento ao contrato-programa. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que é sabido que em 2020 houve desvios negativos à atividade da Desmor, provavelmente em todas as atividades do país e não só nesta empresa, e que houve já reconhecida uma resposta adequada, criando condições de utilização segura que, obviamente, trouxeram custos acrescidos dos seus espaços. Continuou dizendo que em 2021 ainda é expectável que esses custos acrescidos se mantenham em termos de utilização e exploração dos espaços provocando um aumento dos custos por causa/efeito e também é ainda provável que a sua atividade não se retome com a velocidade que seria desejável. Realçou que o que se está a falar é um reforço do contrato programa de cerca de cento e vinte mil euros face ao valor de 2020 que, neste caso, não lhe parece um valor com significado face à situação que vivemos e face ao potencial da empresa no futuro e ao valor não mensurável da sua ação em termos da contribuição para a cidade de Rio Maior. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Relativamente ao valor de água apresentado disse que já no ano passado foram refletidos os custos diretos e reais de água na sua exploração e que esta esta briga que existia em relação a essa situação já não tem razão de ser porque já se encontra representado o custo real da água na exploração da Desmor. -----

----- Acerca dos indicadores, disse que normalmente se escusa de discussões técnicas por não ser esse o seu papel neste órgão, mas, ainda assim, deu conta que a Desmor instalou e imprimiu no seu método de trabalho medidores reais de satisfação de clientes e consegue, por isso, ter uma noção real do que são os índices de satisfação dos seus utilizadores e, com isso, ter também um instrumento de melhoria de serviço constante. Agradeceu por esse trabalho que permite uma gestão mais transparente e mais eficaz. Sobre o custo hora da nave do pavilhão multiusos acredita que a Desmor tenha já implementada contabilidade analítica e que todos os custos de determinada instalação são imputados à sua exploração e, assim sendo, a nave, sendo menos utilizada e tendo



um custo de manutenção fixo, naturalmente o seu custo hora aumenta exponencialmente e que se não tivesse utilização o custo era totalmente prejuízo. -----

----- Disponibilizou-se, no entanto, para pedir dados à empresa sobre o cálculo do custo hora de utilização da nave e fazer chegar por escrito. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Disse que só queria saber onde se basearam e qual foi o estudo com que se basearam para criar a tabela. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Reforçou que a eficácia de determinada exploração e de determinada instalação resulta da análise contabilística analítica feita à mesma, sendo, por isso, natural que o cálculo se baseie no trabalho que é feito e na ineficácia que é calculada através dos índices, que são reais e são mensuráveis e que estão na contabilidade da empresa e que finalmente são vertidos nos documentos de gestão. Disse que, no sentido de serem esclarecidas cabalmente as dúvidas, iria encaminhar o solicitado à Desmor para fornecer a explicação necessária. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 25 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Chamamos a atenção para o parecer do fiscal único onde o Município é advertido para o caso frequente, de que, os acontecimentos futuros não ocorrem de forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes e relevantes.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** que se transcreve na íntegra: -----

----- “O Partido Socialista votou favoravelmente o contrato-programa da Desmor, tendo por conta que os quadros e as justificações apresentadas estão conformes e nos será feito chegar os devidos esclarecimentos por escrito.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- ““O meu voto favorável, obviamente, prende-se, não só com os documentos apresentados, mas, acima de tudo, também reconhecendo, e já não é a primeira vez que eu menciono nesta casa, que todos podemos observar e concordar que a Desmor dispõe dos instrumentos e dos mecanismos que permitem avaliar a sua situação



económica e financeira e projeção de execução dos planos estratégicos definidos a cada momento. No entanto, também volto a alertar que é fundamental prever um plano estratégico a médio e longo prazo porque, efetivamente, não se perspectiva, de todo, um ano de 2021, mais fácil do que 2020, o presente, antes pelo contrário, e quiçá daqui a dois, três, quatro anos, a concorrência é feroz. Nos momentos de grandes dificuldades é onde se fazem as grandes empresas ou entidades, instituições e onde caem outras, por seculares que sejam. Portanto, é esta a hora de projetar 2021, 22, 23 e 24 com todo o cuidado e a câmara, alocar todos os recursos possíveis, porque será o ponto de viragem para a nulidade ou para a projeção de um novo e brilhante futuro.” -----

----- **Ponto V – Documentos Previsionais 2021 | Orçamento, Grandes Opções do Plano, Demonstrações Financeiras, Mapa de Pessoal e Atualização de Taxa | Município de Rio Maior** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é: -----

----- A aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021; -----

----- A aprovação do Mapa de Pessoal para 2021, conforme o previsto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; -----

----- A aprovação da atualização da taxa prevista no artigo 20.º do Regulamento de Exploração da Estação de Camionagem de Rio Maior por remição do artigo 39.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior. -----

----- Acrescentou que este orçamento é um orçamento de continuidade, sem laivos eleitoralistas, e que segue a senda do caminho definido e que o executivo tem, desde há alguns anos a esta parte, para o desenvolvimento do concelho de Rio Maior de forma integral. Disse que o seu valor global é de cerca de vinte e oito milhões de euros e que vem de um ano completamente atípico e para o qual se espera ainda alguma influência negativa motivada pela pandemia, principalmente nos primeiros meses do ano, e que se espera que se vá esbatendo até ao final do ano de 2021. Referiu que é um orçamento que prevê grandes investimentos no concelho, nomeadamente a conclusão da requalificação da frente ribeirinha e o arranque da grande obra da requalificação da moagem Maria Celeste e que prevê ainda a continuidade do apoio e do encarar das juntas de freguesia como um parceiro inestimável no trabalho diário do município.



Continuou dizendo que prevê também a continuação de apoio ao movimento associativo, nomeadamente do ponto de vista dos investimentos estruturantes para o concelho na área social, como são exemplo a Estrutura Residencial para Idosos da Santa Casa da Misericórdia e o Centro de Dia de Sourões, e que se pretende continuar a apoiar. -----

----- Concluiu dizendo que o Município de Rio Maior não tem dúvidas daquilo que pretende fazer e de quais são as suas atribuições, assim como não tem dúvidas de como é que pode e deve alcançar os seus objetivos. Afirmou que haverão com toda a certeza discordâncias políticas, agora se há coisa que não terão é um orçamento para 2021 eleitoralista, e que é com muito conforto e muita seriedade que se apresenta este orçamento, para o qual espera a consideração de todos e também que seja merecedor de aprovação. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Iniciou por dizer que o orçamento em discussão, para o qual pediu desde logo o voto favorável, reflete aquelas que são as opções políticas deste executivo PSD/CDS para o ano de 2021 e com as quais concorda globalmente. Realçou a preocupação clara com as questões sociais, o apoio a famílias carenciadas e às associações que gerem instituições de apoio aos idosos do concelho, assim como com a educação que leva uma fatia importante do mesmo. Reflete também a preocupação com os jovens estudantes e com toda a comunidade escolar, quer quanto às condições do edificado do parque escolar, quer no que diz respeito aos apoios alimentares, aos transportes, e a segurança dos alunos, realçando o investimento que foi feito e continua a ser feito na contratação de auxiliares de educação educativa para as várias escolas e agrupamentos e que trazem, com certeza, um sentimento de segurança maior quer a diretores, a professores e aos pais dos alunos. -----

----- No que respeita às freguesias disse que o valor é sempre curto, principalmente comparado com os orçamentos anteriores ao ano de 2009 de que tem memória, onde o orçamento municipal para os anos de eleições eram um fartar vilanagem, de dinheiro, obras e outras promessas e discordou quando se diz que não será um orçamento eleitoralista, porque na verdade não deixa de o ser, como foram todos os orçamentos nos últimos onze anos, apresentados por executivos eleitos pela coligação PSD/CDS,



e a prova disso foram as três maiorias absolutas que os riomaiorenses, já deram à Coligação em Rio Maior. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Iniciou por fazer um pedido de desculpas público por não ter tido oportunidade de dispor do tempo necessário para dedicar à análise que um orçamento merece, não obstante os documentos terem sido enviados mais que atempadamente, o que considera salutar e de aplaudir, agradecendo o esforço dos funcionários da câmara municipal, aos Vereadores e ao Presidente. -----

----- De seguida solicitou esclarecimentos para algumas situações, nomeadamente a razão da previsão de um aumento de cento e sessenta e quatro mil euros em taxas, multas e outras penalidades e se está previsto ou não o investimento que acabaram de anular através da aprovação da modificação de documentos previsionais de 2020 e o que é que está previsto para o edifício residencial, que tão mau aspecto dá ao centro da cidade. -----

----- Terminou lembrando que foi um grande defensor do aumento das tarifas da água de forma a equilibrar as contas da Câmara Municipal e também fazer face aos necessários investimentos ao nível da redução de perdas, e verifica que para 2021 há apenas um aumento de sessenta mil euros ao nível de investimentos com o sector das águas. Recordou que os riomaiorenses, já há alguns anos, estão a pagar muito mais de água e que é urgente que isso seja investido na redução das perdas, caso contrário, não há razão nenhuma para os riomaiorenses estarem a financiar uma situação que é um gasto que não têm. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por fazer uma primeira e breve referência ao estatuto do direito de oposição, que pela primeira vez, não foi exercido, contudo e pelo facto de a pessoa que a contactou já não está entre nós, não teceu qualquer comentário, que não esta breve referência e pediu mesmo que ficasse nos termos em que a referiu. -----

----- Relativamente às Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimento e o Orçamento disse que estes devem ser sempre documentos de máxima relevância para o concelho e que merecem análise. Disse que ao analisarem o documento verificaram que o mesmo apresenta um valor orçamental de vinte e oito milhões de euros, correspondendo vinte e um milhões a receitas correntes que, no entender da CDU, são híper inflacionadas por engenharia financeira ou eleitoral e que são cerca de sete milhões em receitas de capital, dizendo que era preciso fazer-se grande o



orçamento e torturar os números até dar essa imagem. Acerca da estrutura das receitas pergunto aonde é que o município vai arranjar quatro milhões e meio de euros de impostos diretos e o que é que vai vender para conseguir mais quatro milhões e meio de euros. Contudo, salientou, o que para a CDU é mais relevante ainda do que as referências que fez, é o que se faz com o dinheiro e na despesa verificaram que a Câmara Municipal de Rio Maior, cada vez mais, está a comprar serviços e a deixar de ter capacidade técnica e operária para realizar as mais pequenas obras ou manutenções e que, a curto prazo, o ter aceite competências nas áreas da educação, saúde e ação social, vai tornar a Câmara Municipal, no entender da CDU, ingovernável. -----

----- Referiu que com base no documento das Grandes Opções do Plano, a rubrica da educação está dotada de três milhões de euros, o dobro de 2020, logo aceitando estas competências que agora se apresentam, com muito dinheiro, a CDU está em crer que no futuro, quem vier, que carregue com as respetivas responsabilidades e ainda, como se pode entender que na rubrica da ação social em 2020 tivesse um valor setecentos e catorze mil euros e para 2021 esteja dotada de apenas quatrocentos e setenta e cinco mil euros. -----

----- Quanto às transferências para as juntas de freguesia, no âmbito dos contratos de execução e interadministrativos, no entender da CDU, continuam a ser manifestamente insuficientes para a concretização dos objetivos de atividades e obras de investimento que todas as juntas de freguesias gostariam de fazer. -----

----- Referiu ainda, para terminar, que, segundo a lei, este documento deverá ter cabimentadas rubricas referentes ao subsídio de penosidade, salubridade e risco para os trabalhadores que, não sendo os 30% que a CDU propôs no Orçamento Geral do Estado, deverão ser os 15%, conforme foi aprovado, questionando qual o valor da verba destinado a esse subsidio e ainda qual o valor ou a consideração relativamente à obrigação do SIADAP. -----

----- Terminou dizendo que estas Grandes Opções do Plano estão cada vez mais longe das necessidades daquilo que a CDU considera ser as necessidades do concelho de Rio Maior no plano do desenvolvimento, no plano social, económico, cultural e ambiental. -----

----- Deixou uma referência final ao que pensa ter sido um lapso, uma pequena falha, na segunda página da nota introdutória, porque a CDU luta e lutará sempre pela elevação da qualidade de vida daqueles que trabalham em Rio Maior e, nessa segunda



página terá havido um lapso ao ser feita referência “aos que cá vivem e não ter sido feita referência “aos que cá trabalham”. -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Disse que não podia estar mais de acordo com o Presidente da Câmara quando diz que este é um orçamento de continuidade e que reflete, obviamente, as opções políticas que são as deste executivo, nas quais o PS não se revê e que não entende como não se traça, tal como em orçamentos anteriores, um rumo e uma estratégia para o melhor desenvolvimento do concelho. Afirmou que não se promovem as dinâmicas necessárias para um desenvolvimento mais sadio, referindo-se em concreto ao problema da rede de saneamento, para a qual continua a não haver uma janela aberta e que, enquanto isso não acontecer, votará sempre contra, não porque não se concorde com todas as obras que estão a ser feitas, mas enquanto nessa área continuar a não se prever nada não se poderá conformar com essa omissão. Terminou questionando porque é que não há, efetivamente, uma preocupação ou pelo menos um debruçar sobre essa questão. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Iniciou por dizer que relativamente à questão da rede de saneamento, daquilo que pôde retirar da leitura do documento, ter-se-á gasto cerca de seiscentos mil euros em 2020 e que para 2021 se prevê gastar cerca de um milhão de euros, o que, em seu entender, revela um crescimento considerável. -----

----- Acerca do derrapar dos prazos das obras e as causas que levaram a isso, do conhecimento que tem, disse que se prende com a recalendarização e ausência de transferências dos fundos comunitários que impediram a execução das mesmas e que este é um problema não é só deste executivo como de muitos por todo o país, e que a estes não pode ser imputado como se de uma opção se tratasse. -----

----- Referindo-se ao cumprimento do estatuto da oposição disse que, pelo que lhe foi dado a conhecer, terá havido um convite para comparência de todas as forças políticas para análise prévia do orçamento e que, pelo que lhe parece, apenas o PSD compareceu, considerando isso de lamentar. -----

----- Sobre o documento em discussão disse que este é da maior importância pois é nele que estão refletidas as orientações estratégicas, em termos das linhas da ação, para o próximo ano. Continuou dizendo que neles estão incluídas a maioria das despesas associadas aos investimentos, ou pelo menos as mais relevantes e



plurianuais e também nas grandes opções do plano estão ainda as atividades mais relevantes não consideradas investimentos nem encargos de funcionamento. Disse ainda que o orçamento municipal contempla a previsão para as receitas e despesas em 2021 e que um aspeto importante deste orçamento, com impacto na vida das pessoas, serão os encargos com os trabalhadores e com os recrutamentos e eventuais prémios.

----- Da análise mais detalhada que fez ao documento, tendo presente o clima de incerteza vivido no passado recente e a sua possível manutenção por mais alguns meses deste contexto, destacou como pilares deste orçamento a manutenção do ritmo de investimentos garantidos pelos fundos comunitários e pelo empréstimo entretanto obtido e irão permitir a conclusão das grandes obras como a requalificação da Frente Ribeirinha, Vila Romana e requalificação da antiga Moagem Maria Celeste; a contínua aposta nos recursos humanos da autarquia, renovando e rejuvenescendo o seu pessoal abrangendo quatrocentos e cinco postos de trabalho, o valor mais elevado desde 2014, justificado pela necessidade de reforço e substituição de quem saiu e no pessoal não docente do sector da educação que a câmara integrou em 2020; assegurar a transferência continuada de competências para as freguesias que, admitindo que possa ser ainda insuficiente, tiveram um aumento continuado nos últimos anos; e a melhoria das condições de vida dos riomaiorenses, através de mais e melhores serviços nas áreas culturais, educação, saúde, ação social, turismo, bem como nas infraestruturas e outros investimentos que referiu. Realçou um crescimento do orçamento para vinte e oito milhões de euros em 2021, face ao orçamento de perto de vinte e seis milhões em 2020, dizendo que esse crescimento tem várias explicações como mais transferências do Estado de cerca de um milhão e duzentos mil euros, passando de seis milhões e setecentos e cinquenta mil euros para sete milhões e novecentos e cinquenta mil euros.

----- Referiu que se verifica ainda um aumento da transferência para as juntas de freguesia face a 2020, a manutenção da aposta nos serviços culturais e que está certo que os investimentos no ordenamento do território irão beneficiar diretamente a aposta no turismo, dizendo que gostaria que houvesse um aumento maior ainda nesta área, que passou de cento e dezassete mil euros em 2020 para cento e sessenta e cinco mil euros para 2021, revelando a continua aposta do município nesta área e para a qual espera um aumento de 100% para 2022. -----

----- Realçou ainda o mapa de responsabilidades contingentes com valor superior a um milhão de euros e que ilustra o péssimo contrato efetuado no passado de consumos



de água irrealizáveis mesmo na melhor perspetiva de desenvolvimento para o concelho, considerando esta uma péssima decisão tomada no passado. -----

----- Relativamente à Escola Profissional de Rio Maior disse ser de assinalar as medidas de redução de despesas tomadas em 2020 para fazer face ao problema existente da pandemia e ao desequilíbrio das contas vindo do passado e que, apesar desses ajustes, verifica-se ainda a necessidade previsional de injeção de cerca de cento e vinte e sete mil euros em 2021 para equilíbrio das contas por falta do já conhecido problema dos 15% da contribuição pública nacional que não acontece há já alguns anos. Sobre a Desmor disse que já tinha referido no ponto a situação e que o valor a considerar será de cerca de cento e vinte mil euros. -----

----- Para concluir, a coligação defende este documento e esta proposta que consideram ser, provavelmente, o melhor orçamento dos últimos anos e que tal só é possível como resultado de um trabalho dos executivos liderados pela Isaura Morais, bem como do mérito e da coragem do atual executivo agora liderado pelo Presidente Luis Filipe Dias. Atreveu-se ainda a dizer que este é o orçamento que todos querem porque não se trata de um orçamento por detrás de uma ideologia política, mas sim de um orçamento que presta um serviço aos cidadãos deste concelho e perspetiva um futuro com melhores condições de vida, melhores infraestruturas e uma maior atratividade. -----

----- Terminou dizendo que na política, a credibilização dos políticos não vem do voto por oposição, sem outro significado que não seja o de estar contra e que não deve ser esse o posicionamento dos grandes políticos e dos seus membros, pois esse posicionamento é a vitamina dos partidos pequenos que sobem na onda do inconformismo e do populismo barato, fútil e inconsequente. Por tudo o que referiu, convidou os colegas que se reveem na ambição e nos objetivos deste orçamento a votar com significado e a credibilizarem-se. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Intervenção transcrita na íntegra conforme solicitado na mesma. -----

----- “Senhor Presidente eu gostaria, e para que conste em ata, de fazer uma pequena, digamos assim, não usaria um termo tão forte em forma regimental, em defesa da honra. Foi aqui afirmado pela Senhora Deputada Antónia, e entretanto abordada, aflorada a questão pelo Senhor Deputado Filipe Madeira, quanto ao direito de oposição, como sabem são as reuniões prévias com os partidos, quando da preparação para apresentação do orçamento entretanto preparado pelo município e, pela minha parte



falo, foi dito que todos os partidos foram convidados e só o Partido Social Democrata (PSD) compareceu, pela minha parte falo que constatei não ter tido conhecimento, desconheço se o CDS-Partido Popular terá sido convidado ou não, efetivamente pela minha parte não compareci, porque nunca tive conhecimento.” -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Relativamente ao exercício do direito da oposição disse apenas que, pelo que sabe, a força representada enquanto Coligação Juntos Pelo Futuro foi chamada e que, assim sendo, estaria representado. -----

----- Sobre o aumento do custo com pessoal disse ser, obviamente, um peso na organização, mas um bom peso, um peso que dá bastante gosto de poder ter e este ano, em particular, houve um reforço grande nas escolas por forma a garantir a salubridade e a qualidade do ensino. Deu conta que o último concurso que a câmara realizou para colocar auxiliares de ação educativa nas escolas, foi de dezanove vagas e que a autarquia ter essa capacidade é algo que a todos deve agradar. Disse ainda que as escolas do concelho de Rio Maior, que até aqui cumpriam integralmente os rácios de auxiliares por número de alunos com recurso a contratos de emprego e inserção, neste momento, cumpre integralmente todos os rácios em todas as escolas com funcionários do município e, para além disso, ainda se colocaram mais trinta e cinco auxiliares com recurso a contrato de emprego e inserção, excedendo assim os rácios.-

----- Relativamente às questões técnicas colocadas pediu que, no final da sua intervenção, fosse dada a palavra ao Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Financeira para os esclarecimentos necessários. -----

----- Acerca da manipulação dos números para se conseguir um orçamento maior afirmou que esse poderá ser a prática de outros Municípios, mas que em Rio Maior se cumprem as regras de elaboração dos orçamentos com referência à média dos últimos dois anos, sendo as receitas previstas com base nessa regra e, por isso, a história do torturar os números ofende-o porque lhe retira a seriedade. -----

----- Informou ainda que o Governo e a Assembleia da República se disponibilizaram a alterar a lei no sentido de os municípios poderem utilizar, logo a partir de janeiro, o saldo de gerência desse ano que, no caso de Rio Maior se prevê que possa rondar os dois milhões e que irá permitir que as rubricas que este ano foram abertas no orçamento com um valor mais simbólico poderão ser reforçadas depois da utilização desse saldo. -----

----- Afirmou que concorda que não devem ser os riomaiorenses e os portugueses a pagar por gastos que não têm, nomeadamente com a água, mas que infelizmente não



têm outra escolha, consequência das atrocidades que se foram cometendo ao longo do tempo na gestão das águas e de a entidade reguladora obrigar a que todos os custos de exploração no sistema sejam afetos ao consumo, não sendo, por isso, uma escolha do município assumir para si o prejuízo com a água. -----

----- Sobre a referência feita a que foram aceites competências nas áreas da saúde e da ação social disse que é precisamente o contrário, constando, inclusive, na ordem de trabalhos a proposta da sua não aceitação para 2021. Disse que era também importante lembrar que em relação aos valores da transferência para as juntas de freguesia anos houve, anteriores a 2009, que nem sequer eram feitas transferência e que desde aí foi feito um esforço para que estas tenham vindo a aumentar sendo que neste orçamento ronda já os setecentos mil euros. Acrescentou que a relação com as juntas é transparente e estas participam ativamente na definição das prioridades da ação do município e, embora não seja uma transferência financeira, é obra que é executada em cada uma delas. Afirmou que no que se refere ao trabalho das juntas, é sua convicção, que se fosse todo o valor do orçamento continuaria a ser insuficiente. -----

----- Continuou dizendo que o aumento de verbas com a educação é justificado com a transferência de competências para a câmara municipal e este orçamento, que todos dizem que pretende ser continuidade, necessita que exista também outro clima de investimento propício a áreas onde o município de Rio Maior efetivamente não tem estado a investir o que deveria e para as quais não existe qualquer tipo de financiamento. Reconheceu que o município tem deficiências na rede de saneamento que deveriam ser corrigidas e também necessidades de investimento na sua rede de água em baixa, sendo que para esta última se aguarda financiamento do Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego (POISE). Disse que de momento os recursos são finitos e foram afetados a cada área como resultado das escolhas que foram feitas entre aquilo que é a escolha e o caminho político e aquilo que é a escolha e o caminho possível e o equilíbrio entre eles. -----

----- Concluiu dizendo que espera que a proposta apresentada mereça a confiança de todos, quer na sua aprovação quer na sua fiscalização ao longo do ano que vai entrar.-

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Financeira para esclarecimentos das questões técnicas colocadas, conforme solicitado pelo Presidente da Câmara. -----

----- **Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Financeira** -----



----- Esclareceu que o valor resulta da média dos últimos 24 meses, como referido pelo Presidente da Câmara na sua intervenção, o que significa que se refere ao último trimestre de 2018, ao ano de 2019 e aos três primeiros trimestres de 2020, o que revela que nos meses de 2018 e no ano de 2019 houve uma melhor execução da receita a nível de licenciamentos e a nível dos processos de contraordenação. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu, acerca do investimento no edifício no centro da cidade propriedade do município, que assim que haja disponibilidade de financiamento, que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) não previu em quantidade suficiente para se fazer esse investimento, o projeto está feito, definido e apenas aguarda uma janela de financiamento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor, 8 votos contra dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Ruy Alfredo de Espírito Santo Leitão, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e 1 abstenção do Deputado Municipal António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A razão da minha abstenção pretende-se, acima de tudo, com o facto de o edifício residencial realmente constituir um polo cancerígeno no centro da nossa Cidade e que não se pode perpetuar, o segundo ponto prende-se com a questão levantada pelas águas, permitam-me, e neste momento estou pela posição da abstenção, porque há ainda uma oportunidade. Neste momento temos uma situação em que o nosso município digamos que compra barato e vende caro, no intuito de reinvestir na redução das perdas, porque as perdas são efetivamente um custo operacional, julgo que nenhum riomaiorense entenderá muito bem continuar a pagar estes custos durante muito mais tempo, sendo que enquanto esta Assembleia, se esta Assembleia, não votar favoravelmente o aumento das águas seja o que o Estado Português decrete ou não decrete, a água não aumenta ou não diminui. A Assembleia Municipal é magna a este respeito, portanto a imputação dos custos operacionais, não estou a falar de taxas, e mesmo essas têm uma componente, mas estou a falar do custo da água é uma competência desta Assembleia.” -----



----- **Declaração de Voto da Deputada Anabela da Costa Azenha** que se transcreve na íntegra: -----

-----“Como já disse o Dr. Filipe Vicente, do ponto de vista político, este orçamento não espelha a visão e a estratégia de desenvolvimento que o Partido Socialista tem para o nosso concelho e, do ponto de vista processual, para além de uma nota informativa da DGAL, parece-me que este ponto teria de vir a esta assembleia até ao dia 30 de novembro, eventualmente podendo-se transferir até ao dia 2 de dezembro, que era o primeiro dia útil seguinte à tolerância de ponto e não mais.” -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes.

----- “Declaração de voto só para justificar, uma vez mais, pela quarta vez, o meu desalinhamento com os eleitos locais do partido que legitima a minha presença neste fórum. O orçamento é sempre um documento que nos coloca aqui perante um dilema, para nós assumido desde o início, porque como já aqui frisámos, somos firmes adeptos da oposição democrática, é a oposição que nos eleva, os executivos são elevados e qualificados pelas oposições, e é pelo espírito com que se encara a oposição que se mede o valor e a dimensão da democracia seja ela local, ou nacional. Não nos devemos enervar pelas qualidades da oposição e devemos contribuir para a eficácia da sua execução. -----

----- Como sabem nós temos um profundo fascínio pela política local e é por isso que também gostaria aqui de aproveitar para, em nome pessoal, frisar o desaparecimento, neste caso, de três elementos, que dada a nossa propecta idade, contactamos com quase todos. A decência e a dignidade do Senhor Manuel Nobre, o prejuízo pessoal do Senhor Frazão, com o qual nos identificamos plenamente, portanto, o carácter sexual da figura do presidente de junta tem destas coisas, portanto sabemos como é feito, mas ainda assim continua a ser interessante fazê-lo e, a exemplo do Senhor Frazão, nós o que temos é constantemente apelo à ação e prejuízo na vida pessoal com o reconhecido entendimento, e fazemo-lo com todo o gosto, mas é de facto uma evidência e, quanto às questões da oposição com o Vasco, que por excelência era a barreira da oposição e era aquele que reagia automaticamente sempre que indagado sobre qualquer questão, desde a última derrota do Sporting, que era muito frequente, até ao último comício do PCP, que nos dava sempre matéria para debatermos fortemente. O meu contributo para



a sua memória, era de facto um interlocutor, aguerrido que punha e expunha, a par conosco, ideias completamente opostas, atenção, porque nós assim como nesta assembleia por vezes nos aproximamos. -----

----- De qualquer das maneiras, abreviando, e dizendo que não é fácil cumprir orçamentos em determinadas circunstâncias, queria dizer, para finalizar, que o nosso voto de aprovação do orçamento que não seja visto como a aproximação política e ideológica, Senhor Presidente, portanto vamo-nos manter conversáveis com ideias diferentes, mas que é a manifestação clara da colaboração e da cooperação da Freguesia de Arroquelas para encerrar este mandato da melhor forma e dando continuidade aquilo que tem sido o trabalho desenvolvido e com o qual nós, na prática e enquanto operacionais, continuamos a estar disponíveis para trabalhar até finais do mês de setembro que penso que será a altura que terminará a nossa carreira enquanto operacionais políticos.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Lembrou que de acordo com a deliberação tomada anteriormente os assuntos contantes dos pontos VI a IX serão apresentados e discutidos em conjunto, seguindo-se a votação em separado. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por dizer que o que se propõe é a manutenção de todas as taxas que vigoraram no ano de 2020 para o ano de 2021 e que, não obstante compreender que possam surgir argumentos de que este seria um ano que deveria haver algum alívio para os munícipes neste contexto de pandemia, outros surgiriam, se o fizessem, dizendo que se tratam de manobras eleitoralistas. No entanto, explicou que enquanto esta equipa se mantiver, o que defende é que não se misturam políticas fiscais com políticas sociais e, felizmente o Município de Rio Maior, disse que existe estrutura de análise, apoio e de acompanhamento social, que permite ao executivo municipal encarar com boas perspetivas as hipotéticas dificuldades que o ano de 2021 e seguintes possam trazer. Afirmou que o município está preparado para apoiar, a seu tempo, as famílias e as pessoas que necessitem, e que as propostas que se apresentam para cada um dos impostos e taxas é séria e transparente e consiste em manter as condições que foram resultando de um abaixamento contínuo ao longo dos últimos mandatos. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----



----- Começou a intervenção por referir que não percebe porque é que o Presidente de Câmara diz constantemente que não quer saber se 2021 é ano de eleições ou não, que tem um objetivo definido, que tem o seu caminho definido, e, no entanto, já em diversas Assembleias tem vindo a frisar que não estaria a fazer nada por questões eleitoristas. Disse não entender como é que uma pessoa que não se preocupa com um assunto fala nele constantemente. -----

----- Considerou ainda que vir dizer que por se entrar em ano de eleições não ficaria bem fazer um abaixamento de taxas, revela que as prioridades das preocupações talvez estejam trocadas num contexto de crise grave, com tendência a piorar, e onde os riomaiorenses devem ser a principal preocupação. Afirmou que estas consequências sociais estão presentes para o Presidente da Câmara, porque diz que a câmara está preparada para ajudar, mas, é sua convicção, que não se deveria esperar que as pessoas morram para as ajudar, não se deveria esperar que as pessoas passem fome para as ajudar, e, neste espírito deveria, sim, baixar as taxas. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Iniciou por se referir ao Imposto Municipal sobre Imóveis dizendo que há alguns atrás defendeu a existência de uma taxa diferenciada para os prédios urbanos degradados e tendo, inclusive, questionado se havia uma listagem desses prédios e se a taxa lhes era aplicada. Lembrou que na altura lhe foi respondido que essa listagem estaria a ser finalizada e questionou, agora, se é para ser aplicada. -----

----- No que respeita à participação variável do IRS, verificou que se propõe uma taxa de 4,8%, semelhante aos anos anteriores, e alegando que assim permite a persecução da atividade da ação social do Município, alocando-lhe este valor. Afirmou que é do conhecimento de todos que o valor aplicado na ação social é muito inferior à receita proveniente da taxa de participação do IRS e que a taxação do trabalho tem algo de imoral, tirando para redistribuir, prejudicando quem trabalha. -----

----- Quanto à taxa municipal de direitos de passagem, repetiu as mesmas palavras dos anos transatos, congratulando-se com a mesma, uma vez que esta taxa é imputada às entidades exploradoras. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou a intervenção por dizer que achou a intervenção da deputada Anabela Azenha um tanto ofensiva e que, efetivamente, se vivem tempos difíceis em que o apoio é imprescindível atualmente e, com toda a certeza, no futuro próximo, mas que, não



obstante isso, a ação social do município, ou seja, as políticas sociais não podem, nem devem misturar-se com a política fiscal. -----

----- Afirmou que em nada estranha que a oposição venha, como em anos transatos, pedir a redução de impostos e das taxas nestas matérias, mas o que estranha é que agora o venham reclamar, quando no tempo em o PS era executivo nunca o fizeram e em tempos muito diferentes e mais propícios a isso e inclusive, nessa altura, essas mesmas taxas estavam sempre no limite máximo. Salientou ainda que o PS reclama a redução de impostos e taxas municipais, mas o Governo liderado pelo mesmo partido nada faz para diminuir a carga fiscal aos cidadãos deste país, o que, em seu entender, revela uma opinião política quando a aplicação é local e outra quando é nacional. -----

----- Terminou dizendo que qualquer proposta poderia ser sempre criticável, faz parte da discussão política, mas que a argumentação utilizada pelo PS nada tem a ver com a discussão em causa, já que se tratam de políticas completamente divergentes. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Respondendo à única questão que lhe foi colocada acerca da taxa de IMI a aplicar aos prédios degradados disse que é essa a instrução dada aos serviços. Disse não ter presente o ponto de situação, mas que será um dos assuntos que irá enviar por escrito.

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Colocou a votação ponto por ponto com as devidas propostas de deliberação. ----

----- **Ponto VI – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – 2020** -----

----- De acordo com os documentos disponibilizados o que se pretende é a aprovação das seguintes taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2020: ----

----- Fixar a taxa de IMI em 0,38% sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

----- Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono, nos termos do n.º 9 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- Reduzir a taxa do IMI, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----



Número de dependentes a cargo	
1	20 €
2	40 €
3 ou mais	70 €

----- Redução de 25% da taxa de IMI, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais; ----

----- Redução de 50% da taxa de IMI, a aplicar aos prédios rústicos integrados em áreas classificadas que proporcionem serviços de ecossistema não apropriáveis pelo mercado, desde que sejam reconhecidos como tal pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P, nos termos do n.º 3 do artigo 44.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor, 2 votos contra das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e 5 abstenções dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira e Ruy Alfredo de Espirito Santo Leitão (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ruy Alfredo de Espirito Santo Leitão** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Não obstante o Partido Socialista ser, e ter, como bandeira uma das suas principais bandeiras, as melhorias ambientais, estamos efetivamente contra aquilo que nos parece que deveria ter acontecido, que era o abaixamento do IMI em relação a uma população que está, neste momento, a ser vítima de uma grave pandemia e que deveria ser levada em linha de conta. Daí o nosso sentido de voto. -----

----- **Ponto VII – Participação Variável no IRS – 2021**-----

----- De acordo com os documentos disponibilizados o que se pretende é a fixação da taxa de participação de 4,8% sobre o Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares, (IRS) no ano de 2021, nos termos previstos no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 18 votos a favor e 8 votos contra dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Ruy Alfredo de Espirito Santo Leitão, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (26 presenças). -----



----- **Declaração de Voto da Deputada Anabela da Costa Azenha** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Teríamos mesmo de votar contra porque, faço minhas as palavras do meu colega membro desta assembleia o António, é que nestes documentos destes quatro pontos, vem sempre estas frases de “atendendo à necessidade do Município de obter receita”, “atendendo à necessidade de recursos financeiros”, sim senhor, o município precisa de receita para promover e para alcançar os seus objetivos, não pode ser é obtida de forma cega, porque aqui na taxa do IRS faz-me lembrar um cenário de malabarismo, não é, que nós sabemos, e a Dra. Carla há-de saber que eu sei, como é da legalidade destas taxas e destes impostos, não é? Portanto isto faz lembrar, desculpem-me a expressão, um ator de circo, que tem umas calças com dois bolsos que estão furados e que tiram de um lado, põem neste bolso, e depois o mesmo dinheiro passa para aquele bolso e dão. Então? Há municípios que não têm esta taxa! Queremos ajudar as pessoas, então primeiro tiramos-lhe o dinheiro e depois vamos lho dar em caso de necessidade ou de agonia ou se houver a pobreza escondida eles nem pedem. Não podíamos estar, não pedíamos compactuar com isto, por isso, votamos contra.

----- **Ponto VIII – Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2020**-----

----- De acordo com os documentos disponibilizados o que se pretende é: -----

----- A fixação da taxa de derrama em 1,3% sobre o lucro tributável de IRC, relativo ao exercício económico do ano de 2020, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação; -----

----- A concessão de isenção total de derrama relativa ao ano de 2020 às empresas que tenham instalado a sua sede social no concelho de Rio Maior e que tenham criado, no mínimo, 3 novos postos de trabalho efetivos no concelho com essa instalação, atento ao disposto no n.º 22 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação, e nos termos previstos no artigo 16.º do mesmo diploma legal, conjugado com o n.º 1 do artigo 6.º do RM Investe Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal; -----

----- A concessão da isenção total de derrama relativa ao ano de 2020, às empresas com volume de negócios inferior a € 150.000 que, durante esse ano, tenham criado no mínimo 2 postos de trabalho efetivos no concelho, atento ao disposto no n.º 22 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação, e nos termos previstos



no artigo 16.º do mesmo diploma legal, conjugado com o n.º 1 do artigo 6.º do RM Investe Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor e 7 abstenções dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Ruy Alfredo de Espírito Santo Leitão, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto favoravelmente por, no que diz respeito à taxa ao lançamento da derrama sobre o lucro tributável das empresas, pela questão coordenando com o mesmo voto contra a participação variável do IRS. Advogo que neste contexto, em que nos iremos deparar em 2021, um abaixamento desta taxa de IRS sobre os munícipes, injeta em direto, em 2021 e 2022, em direto na economia, recursos que permitem às empresas funcionar, impulsionadas pelo autoconsumo dos próprios munícipes e outras pessoas que nos visitem, e assim de via imediata favorece também o próprio funcionamento das empresas, sendo que a taxa de derrama se iria refletir apenas de dois ou três anos após nas empresas e que não se perspetiva que as mesmas tenham capacidade de sobrevivência com recursos económicos diretos da população. -----

----- **Ponto IX – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2021** -----

----- De acordo com os documentos disponibilizados o que se pretende é a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2021, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 106.º da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do artigo 33.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes, com 26 votos a favor (26 presenças). -----

----- **Ponto X - Proposta de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos - Ano de 2021**-----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação, por motivos de simplificação e celeridade processuais e replicando uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, o seguinte: -----



----- 1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes: -----

----- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; -----

----- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----

----- 2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de Março, com as normas resultantes da regulamentação operada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de Junho e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

----- 3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista 2/3 no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. -----

----- 4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal de Rio Maior, relativamente a todas as assunções de compromissos durante o ano de 2021, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2. -----

----- 5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

----- Acrescentou que se trata do cumprimento de uma formalidade que permite a celeridade dos processos na gestão diária da câmara municipal. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor e 2 votos contra das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (26 presenças). -----



----- **Ponto XI - Regulamento Social dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior –  
Compensação do Imposto Municipal sobre imóveis liquidado – Isenção parcial** ---

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação das regras para a concessão de isenção parcial do Imposto Municipal de Imóveis aos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e aprovar a isenção mencionada na tabela anexa à informação de 17/11/2020, conforme previsto no n.º 2 e 3 do art.º 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- Acrescentou que se trata da definição de regras de aplicação processual do regulamento para a atribuição de isenções parciais aos bombeiros que assim o solicitem. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes, com 25 votos a favor (25 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Portanto, à semelhança do que já dissemos em anos anteriores, votamos favoravelmente para que o corpo de bombeiros possa beneficiar destes itens, mas continuamos a considerar que o Executivo Municipal deveria ir mais longe, porque estamos em presença de pessoas que tanto dão da sua vida, generosamente, pela vida dos outros e pelo desenvolvimento do concelho, nada exigindo em troca. Continuaremos a fazer este apelo, na medida do possível, que possam ser consideradas futuramente outras medidas. Já agora e como penso não intervir mais, quero a todos apresentar em nome da CDU, votos de um Santo Natal e muita esperança para o ano de 2021. Como sou o otimista nesta matéria, quero acreditar que daqui a um ano estaremos aqui sem máscaras ou então no nosso local habitual, de uma outra maneira, e com muito menos peso nos ombros. Um bom ano para todos e para as vossas famílias.” -----

----- **Ponto XII - Transferência de competências para os órgãos das freguesias |  
Correção de valor nos mapas globais aprovados pela Assembleia Municipal** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação dos mapas globais relativos aos valores das transferências de competências para os órgãos das freguesias para 2021 devidamente retificados. -----



----- Esclareceu que se trata apenas de uma retificação ao valor constante no mapa global aprovado por este órgão que tinha uma imprecisão onde constava que o valor global de transferência para a Freguesia de Asseiceira era 17 658,42€ quando deveria constar 16 102,12€. Disse ainda que essa imprecisão resultou da soma do valor de uma das competências duas vezes. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes, com 26 votos a favor (25 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Lembrou que de acordo com a deliberação tomada anteriormente os assuntos contantes dos pontos XIII e XIV serão apresentados e discutidos em conjunto, seguindo-se a votação em separado. -----

----- Esclareceu ainda, para que a redação não levante dúvidas, que o voto a favor significa que a Câmara Municipal não pretende exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, ou seja, votando favoravelmente significa que a Câmara não pretende receber e não pretende exercer a delegação de competências e o voto contra, desfavorável, que a câmara pretende receber e exercer essas competências. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por dizer que votar favorável é aprovar a proposta da Câmara Municipal de não aceitar a transferência de competências e votar contra é no sentido de se aceitar a transferência das competências e nada comunicar à DGAL. -----

----- Disse que a proposta que se apresenta, aprovada em reunião de Câmara por maioria de 5 votos a favor e dois votos contra, é que seja comunicado que não é aceite a transferência destas competências, porque considera que não estão reunidas as condições nem o conhecimento integral da forma de financiamento das competências para que estas possam ser exercidas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Disse que a bancada da Coligação não está contra a descentralização, entendem até que são os municípios quem melhor conhece as populações e as realidades do seu concelho e, desta forma, estão mais bem preparados para resolver, mas que, de facto, consideram não estarem ainda reunidas as condições para que as mesmas possam ser exercidas com conhecimento de causa no que respeita aos recursos necessários. -----



----- Para finalizar, desejou a todos e às respetivas famílias festas felizes, um santo Natal e que o ano de 2021 possa ser em tudo melhor que o de 2020, ano de má memória que ficará na história do país e do mundo pelas piores razões e que irá ainda perdurar por algum tempo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Colocou a votação ponto por ponto com as devidas propostas de deliberação. ----

----- **Ponto XIII – Transferência de competências para as autarquias locais no âmbito da saúde** -----

----- De acordo com os documentos disponibilizados o que se pretende é deliberar no sentido de ser informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não pretende exercer, no ano de 2021, as competências na área da saúde previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 21 votos a favor e 5 votos contra dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira e Ruy Alfredo de Espírito Santo Leitão (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu faço a declaração de voto já para o ponto XIII e XIV, no fundo a nossa votação vai ser a mesma nos dois pontos e pela razão seguinte, porque no âmbito da descentralização de competências que foi um processo iniciado em 2018 pela Lei nº 50, se não estou em erro, que nasceu dum protocolo assinado entre o PS e o PSD, para efetivamente se democratizar esta descentralização de competências, ficou previsto nessa Lei 50 de 2018, que o processo seria de aplicação gradual entre 2019 e 2021. Mesmo agora na reta final de 2021, o executivo de Rio Maior vem dizer que continua a não aceitar a transferência das competências nestas duas áreas que, para mim, seriam fundamentais serem aceites, deveriam ser aceites, saúde e ação social, porque quem melhor do que, efetivamente, a câmara municipal, as autarquias, para compreender e fazer uma gestão adequada destas duas áreas tão importantes. Daí o nosso voto contra.” -----

----- **Ponto XIV – Transferência de competências para as autarquias locais no âmbito da Ação Social** -----

----- De acordo com os documentos disponibilizados o que se pretende é deliberar no sentido de ser informada a Direção-Geral das Autarquias Locais que esta autarquia não



pretende exercer, no ano de 2021, as competências na área da ação social previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 6 votos contra dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Ruy Alfredo de Espírito Santo Leitão e o Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas (26 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 67º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (26 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Pede a palavra para desejar aos presentes e às respetivas famílias festas felizes, um feliz Natal e que a entrada em 2021 traga sorte e se consiga sempre, nesta casa, com as divergências que são conhecidas, mas que são salutares, reconhecendo sempre que, em sua opinião, muito mais é aquilo que os une do que aquilo que os separa e que, no final de contas, o que importa é o objetivo comum da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos no concelho de Rio Maior e que o seu desenvolvimento possa ser o objetivo último e único de todos os grupos aqui presentes. Desejou a todos, sem exceção, e a todas as famílias o melhor para o final deste ano e para o próximo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de dar por encerrados os trabalhos, disse ter esperança que o próximo ano irá ser melhor e desejou a todos um feliz Natal e boas festas para todos e para os seus familiares. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram treze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e



**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 12 DE DEZEMBRO DE 2020**

para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** \_\_\_\_\_

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** \_\_\_\_\_

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** \_\_\_\_\_